

No. 36769

**Brazil
and
Venezuela**

Arrangement for cooperation in tourism, supplementary to the Basic Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Venezuela. Caracas, 8 February 2000

Entry into force: 8 February 2000 by signature, in accordance with article 15

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 21 July 2000

**Brésil
et
Venezuela**

Arrangement relatif à la coopération touristique, complémentaire à l'Accord de base relatif à la coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Venezuela. Caracas, 8 février 2000

Entrée en vigueur : 8 février 2000 par signature, conformément à l'article 15

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 21 juillet 2000

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA A COOPERAÇÃO TURÍSTICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Bolivariana da Venezuela
(doravante denominados as “Partes”),

Considerando o Convênio Básico de Cooperação Técnica firmado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Santa Elena de Uairén, em 20 de fevereiro de 1973;

Inspirados pelo desejo de fortalecer as relações amistosas existentes entre os dois países sobre a igualdade, a soberania e o benefício mútuo;

Conscientes de que o turismo representa um fator de integração e entendimento entre as nações;

Convencidos da importância de incentivar o intercâmbio turístico entre o Brasil e a Venezuela dadas as perspectivas favoráveis que este mercado representa, tanto em favor das respectivas economias como no fomento do conhecimento profundo dos povos de ambos os países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes adotarão reciprocamente, no âmbito de suas respectivas competências, medidas tendentes a promover e estimular o desenvolvimento do turismo entre os dois países e a fortalecer a cooperação entre os organismos oficiais de turismo e instituições relacionadas com a atividade turística.

ARTIGO 2

As Partes procurarão adotar medidas tendentes a difundir, no território da outra Parte, as áreas que podem ser destinatárias de cooperação através do intercâmbio de informação, publicidade e material de promoção turística. Para este propósito, examinarão a possibilidade de participar em feiras, exposições, seminários e outros eventos turísticos que se levem a cabo no território da outra Parte. O intercâmbio de informação dos eventos turísticos antes mencionados estarão dirigidos a facilitar o desenvolvimento e a comercialização de pacotes turísticos de benefício mútuo, assim como a promoção do multideestino.

ARTIGO 3

As Partes promoverão o intercâmbio técnico na matéria de planificação turística, nos campos que sejam definidos segundo as necessidades conjunturais de cada país e que serão propostas pelos organismos oficiais de turismo. Esta cooperação bilateral compreenderá: o intercâmbio e visita de peritos e/ou especialistas em matérias técnicas, particularmente nos planos reguladores para projetos de desenvolvimento no campo do turismo; assessoramento, adiestramento e capacitação do pessoal empregado no setor turístico; e qualquer outro tipo de cooperação técnica acordada pelas Partes.

ARTIGO 4

As Partes facilitarão, de conformidade com sua legislação interna, as atividades dos prestadores de serviços turísticos domiciliados na outra Parte, tais como: agências de viagens, operadores turísticos, cadeias hoteleiras e linhas aéreas, assim como qualquer outro serviço que possa gerar turismo recíproco.

ARTIGO 5

As Partes propõem a realização de ações de promoção comercial e de cooperação empresarial no setor turístico, em coordenação com os diferentes representantes do dito setor, tanto público como privado.

ARTIGO 6

As Partes promoverão, facilitarão e estimularão, de acordo com suas possibilidades, os investimentos de capitais brasileiros e venezuelanos ou conjuntos nos seus respectivos setores turísticos, com a finalidade de ampliar a infra-estrutura turística nos países e aumentar o fluxo turístico bilateral.

ARTIGO 7

As Partes acordam conceder as facilidades necessárias para o ingresso em seu território de informação e material de apoio correspondentes à indústria do turismo da outra Parte, o qual ambos os países se comprometem a fornecer periodicamente.

ARTIGO 8

1. As Partes facilitarão e apoiarão a instalação de Escritórios Oficiais de Informação Turística no território da outra Parte, com o objetivo de divulgar os atrativos e serviços que cada um possui.

2. O estabelecimento de reserva territorial e suas atividades deverá ser acordado entre os corpos administrativos dos Estados de ambos os países, e estará sujeita à legislação nacional das Partes.

ARTIGO 9

As Partes procurarão harmonizar e compatibilizar suas políticas, estratégias e estatísticas relativas ao turismo entre ambos os países.

ARTIGO 10

Levando em consideração que ambos os Estados são fronteiriços e grande parte das potencialidades de desenvolvimento turístico decorem das facilidades de comunicação, as Partes adotarão as medidas necessárias para facilitar o ingresso, permanência e circulação das pessoas e de qualquer meio de transporte facilitador da atividade turística da outra Parte no território nacional, respeitando as disposições que regem as respectivas legislações.

ARTIGO 11

As Partes fomentarão atividades destinadas a incrementar o apoio para programas de capacitação e assessoria em matéria de Estudos de Impacto Ambiental e desenvolver programas na área do ecoturismo.

ARTIGO 12

As Partes se comprometerão a desenvolver, promover e difundir o ecoturismo, através do intercâmbio de assessorias técnicas destinadas à formação de técnicos em planejamento de programas de ecoturismo, capacitação de pessoal para a prestação de serviços de informação na área ecoturística e o intercâmbio de legislação e documentação de caráter informativo referente ao ecoturismo.

ARTIGO 13

O acompanhamento da implementação do presente Ajuste será dado pelo Grupo de Trabalho de Turismo/Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN). De forma a avançar no tratamento do tema turismo, o Grupo de Trabalho de Turismo poderá reunir-se independentemente dos encontros da COBAN.

ARTIGO 14

As dúvidas ou diferenças que possam surgir na execução e interpretação do presente Ajuste serão resolvidas por via diplomática.

ARTIGO 15

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, tendo uma duração de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente por períodos iguais, a menos que uma das Partes inanimadamente e seu desejo de denunciá-lo, mediante notificação escrita à outra Parte, por via diplomática.

ARTIGO 16

O término do presente Ajuste Complementar não afetará a realização de programas que tenham sido formulados durante a sua vigência, a menos que as Partes acordem o contrário.

Feito em Caracas, em 8 de fevereiro de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA

José Vicente Rangel Vale
Ministro das Relações Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN
TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA
DE VENEZUELA PARA LA COOPERACIÓN TURÍSTICA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela
(en adelante denominados las "Partes"),

Considerando el Convenio Básico de Cooperación Técnica firmado por el Gobierno de la República Federativa del Brasil y por el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, suscrito en Santa Elena de Uairén, el 20 de febrero de 1973;

Inspirados por el deseo de fortalecer las relaciones amistosas existentes entre los dos países sobre la igualdad, la soberanía y el beneficio mutuo;

Conscientes de que el turismo representa un factor de integración y entendimiento entre las naciones;

Convencidos de la importancia de incentivar el intercambio turístico entre Brasil y Venezuela dadas las perspectivas favorables que este mercado representa, tanto en favor de las respectivas economías como en el fomento del conocimiento profundo de los pueblos de ambos países,

Han acordado lo siguiente:

ARTICULO 1

Las Partes adoptarán recíprocamente, en el ámbito de sus respectivas competencias, medidas tendentes a promover y estimular el desarrollo del turismo entre los dos países y a fortalecer la cooperación entre los organismos oficiales de turismo e instituciones relacionadas con la actividad turística.

ARTICULO 2

Las Partes procurarán adoptar medidas tendentes a difundir, en el territorio de la otra Parte, las áreas que puedan ser destinatarias de cooperación a través del intercambio de información, publicidad y material de promoción turística. Para este propósito, examinarán la posibilidad de participar en ferias, exhibiciones, seminarios y otros eventos turísticos que se lleven a cabo en el territorio de la otra Parte. El intercambio de información de los eventos turísticos antes mencionados estarán dirigidos a facilitar el desarrollo y comercialización de paquetes turísticos de beneficio mutuo, así como la promoción del multideestino.

ARTICULO 3

Las Partes promoverán el intercambio técnico en materia de planificación turística, en los campos que sean definidos según las necesidades coyunturales de cada país y que serán planteadas por los organismos oficiales de turismo. Esta cooperación bilateral comprenderá: el intercambio y visita de expertos y/o especialistas en materias técnicas, particularmente en planes reguladores para proyectos de desarrollo en el campo del turismo; asesoramiento, adiestramiento y capacitación del personal empleado en el sector turístico; y cualquier otro tipo de cooperación técnica acordada por las Partes.

ARTICULO 4

Las Partes propiciarán, de conformidad con su legislación interna, las actividades de los prestadores de servicios turísticos domiciliados en la otra Parte, tales como: agencias de viajes, operadores turísticos, cadenas hoteleras y aerolíneas, así como cualquier otro servicio que pueda generar turismo recíproco.

ARTICULO 5

Las Partes proponen la realización de acciones de promoción comercial y de cooperación empresarial en el sector turístico, coordinadamente con los diferentes representantes de dicho sector, tanto público como privado.

ARTICULO 6

Las Partes promoverán, facilitarán y estimularán, de acuerdo a sus posibilidades, las inversiones de capitales brasileños y venezolanos o conjuntos en sus respectivos sectores turísticos, con la finalidad de ampliar la infraestructura turística en los países y aumentar el flujo turístico bilateral.

ARTICULO 7

Las Partes acuerdan brindar las facilidades necesarias para el ingreso en su territorio de información y material de apoyo correspondientes a la industria del turismo en la otra Parte, el cual ambos países se comprometen a suministrar periódicamente.

ARTICULO 8

1. Las Partes facilitarán y apoyarán la instalación de Oficinas Oficiales de Información Turística en el territorio de la otra Parte, con el objeto de divulgar los atractivos y servicios que posee cada uno.
2. El establecimiento de reserva territorial y sus actividades deberá ser acordado entre los cuerpos administrativos de los Estados de ambos países, y estará sujeta a la legislación nacional de las Partes.

ARTICULO 9

Las Partes procurarán armonizar y compatibilizar sus políticas, estrategias y estadísticas relativas al turismo entre ambos países.

ARTICULO 10

Tomando en consideración que ambos Estados son fronterizos y la gran parte de las potencialidades de desarrollo turístico viene dado por las facilidades de comunicación, las Partes adoptarán las medidas necesarias para facilitar el ingreso, permanencia y circulación de las personas y de cualquier medio de transporte facilitador de la actividad turística de la otra Parte en el territorio nacional, respetando las disposiciones que rigen las respectivas legislaciones.

ARTICULO 11

Las Partes fomentarán actividades destinadas a incrementar el apoyo para programas de capacitación y asesoría en materia de Estudios de Impacto Ambiental y desarrollar programas en el área del ecoturismo.

ARTICULO 12

Las Partes se comprometerán a desarrollar, promover y difundir el ecoturismo, a través del intercambio de asesorías técnicas destinadas a la formación de técnicos en planificación de programas de ecoturismo, capacitación de personal para la prestación de servicios de información en el área ecoturística y el intercambio de legislación y documentación de carácter informativo referente al ecoturismo.

ARTICULO 13

El seguimiento del desarrollo del presente Acuerdo será dado por el Grupo de Trabajo de Turismo/Comisión Binacional de Alto Nivel (COBAN). De forma a avanzar en el tratamiento del tema turismo, el Grupo de Trabajo de Turismo podrá reunirse independientemente de los encuentros de COBAN.

ARTICULO 14

Las dudas o diferencias que puedan surgir en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo serán resueltas por la vía diplomática.

ARTICULO 15

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma, teniendo una duración de 2 (dos) años, renovables automáticamente por periodos iguales, a menos que una de las Partes manifieste su deseo de darlo por terminado, mediante notificación escrita a la otra Parte, a través de la vía diplomática.

ARTICULO 16

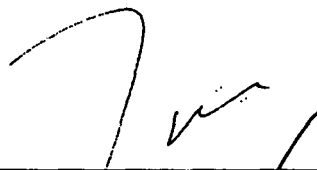
La terminación del presente Acuerdo Complementario no afectará la realización de programas que hayan sido formulados durante su vigencia, a menos que las Partes que suscriben acuerden lo contrario.

Suscrito en Caracas, el 8 de febrero de 2000, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Relaciones Exteriores



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DE VENEZUELA

José Vicente Rangel Vale
Ministro de Relaciones Exteriores

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON
TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF
THE BOLIVARIAN REPUBLIC OF VENEZUELA, ON COOPERATION
IN TOURISM

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Bolivarian Republic of Venezuela (hereinafter referred to as "the Parties"),

Mindful of the Basic Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Bolivarian Republic of Venezuela, signed at Santa Elena de Uairén on 20 February 1973,

Motivated by the desire to strengthen the friendly relations between the two countries on a basis of equality, sovereignty and mutual benefit,

Aware that tourism is a means of promoting integration and understanding among nations,

Convinced of the importance of stimulating tourist exchanges between Brazil and Venezuela, given the promising prospects of this market, both for their respective economies and for encouraging a thorough knowledge of the peoples of the two countries,

Have agreed as follows:

Article 1

The Parties shall, within their respective fields of competence, adopt measures to promote and stimulate the development of tourism between the two countries and to strengthen cooperation between the official tourist organizations and institutions involved with tourism.

Article 2

The Parties shall endeavour to adopt measures to make known, in the territory of the other Party, areas that might benefit from cooperation in the form of exchanges of information, publicity and promotional tourist literature. To this end they shall consider the possibility of taking part in fairs, exhibitions, seminars and other tourist events held in the territory of the other Party. The exchange of information about the above-mentioned tourist events shall be aimed at facilitating the development and marketing of mutually beneficial tourist packages and the promotion of multi-destination travel.

Article 3

The Parties shall promote technical exchanges on the subject of tourism planning, in areas to be defined according to the current requirements of each country and proposed by

the official tourist organizations. Such bilateral cooperation shall comprise: exchanges and visits of experts and/or specialists in technical subjects, especially in regulatory schemes for development projects in the field of tourism; advice and training for personnel employed in the tourist sector; and any other kind of technical cooperation agreed by the Parties.

Article 4

In accordance with their domestic legislation, the Parties shall facilitate the activities of tourist service providers domiciled in the other Party, such as travel agencies, tour operators, hotel chains and airlines, and any other service likely to generate reciprocal tourism.

Article 5

The Parties shall propose commercial promotions and cooperative business ventures in the tourist sector, in coordination with representatives of public and private agencies in the sector.

Article 6

The Parties shall, to the extent possible, promote, facilitate and stimulate investments of Brazilian, Venezuelan or joint capital in their respective tourism sectors with a view to expanding the tourist infrastructure in their countries and increasing bilateral tourist flows.

Article 7

The Parties agree to provide the necessary facilities for information and materials relevant to the tourist industry in the other Party to enter their territories, and undertake to supply such materials on a regular basis.

Article 8

1. The Parties shall facilitate and support the establishment of official tourist information offices in the territory of the other Party for the purpose of publicizing the attractions and services available in each.

2. The establishment and operation of territorial reservations must be agreed between the relevant government agencies of both Parties and shall be subject to the national legislation of the Parties.

Article 9

The Parties shall endeavour to harmonize their respective policies, strategies and statistics relating to tourism and to make them more compatible.

Article 10

Bearing in mind that the two States border each other and that most of their potential for the development of tourism is linked to communication, the Parties shall adopt the necessary measures to facilitate within their national territory the entry, stay and movement of persons and any means of transport that facilitates the tourist activities of the other Party, with due regard for the relevant provisions of their respective legislation.

Article 11

The Parties shall encourage activities aimed at increasing support for training and consultancy programmes relating to environmental impact assessments and of the development of programmes in the field of ecotourism.

Article 12

The Parties shall undertake to develop, promote and publicize ecotourism by exchanging technical advice for the purpose of training experts in the planning of ecotourism programmes, equipping personnel to provide information services in the field of ecotourism, and exchanging legislation and documentation on the topic of ecotourism.

Article 13

The implementation of this Agreement shall be monitored by the Working Group on Tourism/Bilateral High-level Commission (COBAN). The Working Group on Tourism may meet independently of COBAN sessions in order to pursue its work on tourism.

Article 14

Any uncertainties or disputes arising in the implementation and interpretation of this Agreement shall be settled through the diplomatic channel.

Article 15

This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for a period of 2 (two) years. It shall be automatically extended for equal periods unless either of the Parties shall express a desire to terminate it by written notification of the other Party through the diplomatic channel.

Article 16

The termination of this Agreement shall not affect the execution of programmes formulated while it was in force unless the Parties agree otherwise.

Done at Caracas on 8 February 2000, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Bolivarian Republic of Venezuela:

JOSÉ VICENTE RANGEL VALE
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT RELATIF À LA COOPÉRATION TOURISTIQUE, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE EN MATIÈRE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE BOLIVARIENNE DU VENEZUELA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République bolivarienne du Venezuela (ci-après dénommés « les Parties »),

Considérant l'Accord de base en matière de coopération technique signé par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et par le Gouvernement de la République bolivarienne du Venezuela, à Santa Elena de Uairén le 20 février 1973;

Désireux de renforcer les relations amicales existant entre les deux pays sur la base de l'égalité, de la souveraineté et de l'avantage mutuel;

Conscients que le tourisme représente un facteur d'intégration et d'entente entre les nations;

Convaincus qu'il est important de favoriser les échanges touristiques entre le Brésil et le Venezuela en raison des perspectives favorables qu'offre ce marché, tant à l'avantage de leur économie respective que pour approfondir la connaissance mutuelle des peuples des deux pays;

Conviennent comme suit :

Article premier

Les Parties adoptent réciproquement, dans le cadre de leurs compétences respectives, des mesures tendant à promouvoir et à stimuler le développement du tourisme entre les deux pays et à renforcer la coopération entre les organismes officiels de tourisme et les institutions qui touchent à l'activité touristique.

Article 2

Chacune des Parties s'efforce d'adopter des mesures tendant à faire connaître, dans le territoire de l'autre Partie, les secteurs qui peuvent bénéficier d'une coopération grâce à l'échange de renseignements, de publicité et de matériaux de promotion touristique. Pour ce faire, chaque Partie envisage la possibilité de participer à des foires, expositions, séminaires et autres manifestations touristiques se déroulant dans le territoire de l'autre Partie. L'échange de renseignements sur ces manifestations touristiques vise à faciliter le développement et la commercialisation de forfaits touristiques mutuellement avantageux ainsi que la promotion du tourisme à destinations multiples.

Article 3

Les Parties favorisent les échanges techniques en matière de planification touristique, dans des domaines qui sont définis en fonction des besoins conjoncturels de chaque pays et qui sont proposés par les organismes officiels de tourisme. Cette coopération bilatérale comprend : des échanges de visites d'experts et de spécialistes en matière technique, particulièrement des plans régulateurs pour les projets de développement dans le domaine du tourisme; orientation et formation professionnelle du personnel travaillant dans le secteur touristique; et tout autre type de coopération technique dont les Parties peuvent convenir.

Article 4

Chacune des Parties facilite, conformément à sa législation interne, les activités des fournisseurs de services touristiques domiciliés dans le territoire de l'autre Partie, tels qu'agences de voyage, voyagistes, chaînes d'hôtels, entreprises de transport aérien, ainsi que tout autre service qui puisse créer des mouvements touristiques réciproques entre les Parties.

Article 5

Les Parties proposent la réalisation d'actions de promotion commerciale et de coopération des entreprises dans le secteur touristique, en coordination avec les différents représentants dudit secteur, appartenant à l'économie publique comme à l'économie privée.

Article 6

Les Parties favorisent, facilitent et stimulent, en fonction de leurs possibilités, les investissements de capitaux brésiliens, vénézuéliens ou mixtes, réalisés dans leur secteur touristique respectif afin de développer l'infrastructure touristique dans les deux pays et d'accroître les mouvements touristiques bilatéraux.

Article 7

Chacune des Parties convient d'accorder les facilités nécessaires à l'entrée dans son territoire des renseignements et des matériaux auxiliaires provenant de l'industrie touristique de l'autre Partie, que les deux Parties s'engagent à fournir périodiquement.

Article 8

1. Chaque Partie facilite et appuie l'installation de bureaux officiels d'information touristique dans le territoire de l'autre Partie, dont l'objet est de diffuser les avantages et les services qu'offrent l'une et l'autre.

2. L'établissement de réserve territoriale et ses activités doit être convenu entre les administrations des États des deux pays et est sujette à la législation nationale des Parties.

Article 9

Les Parties s'efforcent d'harmoniser et de compatibiliser leurs politiques, stratégies et statistiques relatives au tourisme entre les deux pays.

Article 10

Compte tenu que les deux États possèdent une frontière commune et que le potentiel du développement touristique découle en grande partie des facilités de communication, chacune des Parties adopte les mesures nécessaires pour faciliter l'entrée, le séjour et la circulation des personnes et de tout moyen de transport pouvant faciliter l'activité touristique de l'autre Partie dans son territoire national, en respectant les dispositions des législations respectives.

Article 11

Les Parties favorisent les activités visant à accroître l'appui aux programmes de formation et d'orientation en matière d'études d'impact environnemental et à mettre au point des programmes dans le domaine du tourisme écologique.

Article 12

Les Parties s'engagent à développer, favoriser et diffuser le tourisme écologique en échangeant des orientations techniques destinées à former des techniciens en planification de programmes de tourisme écologique, en formant du personnel à la prestation de services d'information dans le domaine du tourisme écologique et en échangeant des textes législatifs et des documents d'information relatifs au tourisme écologique.

Article 13

Le Groupe de travail du tourisme de la Commission binationale de haut niveau (COBAN) accompagne la mise en œuvre du présent Arrangement. Le Groupe de travail du tourisme peut se réunir indépendamment des sessions de la COBAN afin de faire progresser le traitement du thème tourisme.

Article 14

Les doutes ou différends qui pourraient s'élever dans l'exécution du présent Arrangement sont résolus par la voie diplomatique.

Article 15

Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature; il a une durée de cinq ans et il est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes

d'égale durée, à moins que l'une ou l'autre des Parties n'exprime le désir de le dénoncer en adressant par la voie diplomatique une notification écrite à l'autre Partie.

Article 16

Sauf décision contraire des Parties, la dénonciation du présent Arrangement complémentaire ne porte pas préjudice à la réalisation des programmes qui auront été formulés pendant sa période de validité.

Fait à Caracas, le 8 février 2000, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre des relations extérieures,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République bolivarienne du Venezuela :
Le Ministre des relations extérieures,
JOSÉ VICENTE RANGEL VALE

